

Os C.M.Es, que podem representar um processo de democratização da gestão pública da educação estão sendo criados nos municípios do RS por indução dos governos federal e estadual. O objetivo da pesquisa é analisar como eles se estruturam, atuam e se relacionam com os governos e com a sociedade. Os dados desta primeira fase foram coletados nas leis de criação dos CMEs, nos arquivos da FAMURS Constatou-se a relação da criação dos conselhos com os projetos de municipalização do ensino, numa dependência com as políticas dos governos estadual e federal,, num amostragem, três foram criados na década de 60, nove durante a década de 70, vinte nos anos 80 e cento e vinte e quatro entre 90 e 95,. A comunidade está representada por diferentes entidades entre elas sindicatos, associações de bairro, e/ou clubes de serviço, entre outros. Entre as atribuições do CME encontram-se: emitir pareceres, opinar, deliberar, normatizar e sugerir medidas para a educação municipal, entretanto as suas reais possibilidades de decisão são reduzidas. Na seqüência do trabalho pretendemos verificar, através de um contato direto com alguns conselhos a real possibilidade de se tornarem um instrumento na gestão das políticas públicas de educação.